

A pergunta da vez

Como escrever textos oficiais/jurídicos que apresentem o atributo da “uniformidade”?

Uma gota de gramática

A uniformidade é o atributo que se refere à padronização de textos, a partir do cumprimento de normas e manuais institucionais e modelos que assegurem uma estrutura adequada e específica para a veiculação de informações que sejam compreensíveis em todo o território nacional.

Para que o texto oficial se apresente uniformizado, padronizado, algumas medidas podem ser tomadas:

- **Evite o uso de sinônimos quando for expressar a mesma ideia** - Palavras sinônimas podem expressar conceitos diferentes, como no caso de “posse” e “propriedade”, no contexto jurídico. Enquanto a primeira relaciona-se a uma situação aparente, a última relaciona-se com uma situação formalizada (Minas Gerais, 2014).

- **Evite o uso de regionalismos. Utilize palavras e expressões que sejam mais comuns em todo o território nacional** - O uso de regionalismos impede que muitas pessoas de outras localidades do país possam compreender o texto.

- **Uniformize tempos e modos verbais. Mantenha o paralelismo** - A uniformização dos tempos verbais permite que haja a sequenciação textual, como no seguinte caso da norma a seguir, em que os verbos se encontram no futuro do presente ao longo do texto.

Exemplo:

“Art. 3º Na elaboração da lei, serão observados os seguintes princípios:

I - cada lei tratará de um único objeto, não sendo admitida matéria a ele não vinculada por afinidade, pertinência ou conexão;

II - a lei tratará de seu objeto de forma completa, de modo a evitar lacunas que dificultem a sua aplicação, ressalvada a disciplina própria de decreto; [...]” (Minas Gerais, 2004).

- **Mantenha a disposição de incisos, das alíneas e dos itens na mesma enumeração** - É importante que o texto oficial/jurídico siga a sequência de artigos, parágrafos, incisos, alíneas e itens, como indicado pela Lei complementar nº 78/2004.

Exemplo:

“Art. 6º O artigo é a unidade básica de estruturação do texto legal.

Parágrafo único. Cada artigo tratará de um único assunto, podendo desdobrar-se em parágrafos, incisos, alíneas e itens, observado o seguinte:

I - o parágrafo constitui dispositivo próprio para ressalva, extensão ou complemento de preceito enunciado no *caput* do artigo;

II - os incisos, as alíneas e os itens constituem dispositivos de enumeração, articulados da seguinte forma:

a) os incisos se vinculam ao *caput* do artigo ou a parágrafo; [...]” (Minas Gerais, 2004).

- **Evite ambiguidade** - Confira se o texto não conduz a várias interpretações possíveis, confundindo o leitor.

Exemplo:

“A testemunha disse que viu a ré na praça do município.”

Nesse caso, não se pode concluir quem estava na praça: a testemunha, a ré ou ambas.

Questão prática para você:

Qual estratégia deve ser seguida para a escrita do texto oficial/jurídico?

- a) Uso de regionalismos e gírias.
- b) Manter frases e expressões ambíguas.
- c) Manter a uniformidade de incisos, alíneas e itens.
- d) Utilizar frequentemente sinônimos.

Resposta

Letra “c”.

REFERÊNCIAS

MINAS GERAIS. *Lei complementar nº 78, de 9 de julho de 2004*. Dispõe sobre a elaboração, a alteração e a consolidação das leis do estado, conforme o previsto no parágrafo único do art. 63 da Constituição do Estado. *Minas Gerais*, Belo Horizonte, 10 jul. 2004. Disponível em: <https://www.almg.gov.br/legislacao-mineira/texto/LCP/78/2004/?cons=1>. Acesso em: 02 ago. 2024.

MINAS GERAIS. Tribunal de Justiça. *Manual de atos normativos do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais*. 2014. Disponível em: file:///C:/Users/E1440056/Downloads/manual_atos_normativos_13_10%20_1_.pdf. Acesso em: 02 ago. 2024.